



Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente | II Simpósio Educação, Formação e Trabalho

INCLUSÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS BRASILEIROS: REVISÃO DE LITERATURA.

Tatiane Cimara dos Santos Medeiros¹

Daniela Oliveira Ramos dos Passos²

Resumo

Este trabalho tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica de pesquisas que investigaram a inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) brasileiros, publicadas no período de 2013 a 2018, no Banco de Teses e Dissertação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (BTD/CAPES), a fim de compreender como estão sendo implementadas as políticas de Educação Especial nesses institutos. Como metodologia foi realizada, no primeiro semestre de 2018, um levantamento no BTD/CAPES com os seguintes descritores: Educação Profissional, Inclusão, Educação Especial. Após a leitura do título, excluíram-se os trabalhos repetidos e que não possuíam relação direta com a temática. Após a leitura dos resumos das pesquisas localizadas, obteve-se o total de 27 trabalhos: 23 dissertações, 04 teses. Como resultado, destaca-se: a temática mais pesquisada foi o tema sobre as “condições de acesso, permanência e acessibilidade” (13), seguida do tema “Concepções/representações sobre inclusão” (6); as “Políticas e Programas de Inclusão na Educação Profissional” (2); “Trajetórias escolares e familiares” (1), “Diversidade” (1) e “Gestão educacional e inclusão” (1). Entre os principais resultados das pesquisas destacam-se: avanços na acessibilidade arquitetônica e nos vestibulares e como dificuldade a falta de formação dos docentes para o trabalho com os estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Profissional; Institutos Federais.

¹ Pedagoga. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana (PPGE) na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG). E-mail: tcimara32@gmail.com

² Orientador (a): Dra. Daniela Oliveira Ramos dos Passos. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG). E-mail: ddanipassos@gmail.com

1-Introdução

Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento e tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica de pesquisas que investigaram a inclusão de estudantes considerados público-alvo da Educação Especial (PAEE) nos cursos de educação profissional ofertado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) brasileiros. Para isso foi realizado um levantamento no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (BTD/CAPES) de teses e dissertações defendidas no período de 2013 a 2018, a fim de compreender como estão sendo implementadas as políticas de Educação Especial nos Institutos Federais brasileiros.

Para busca no BTD/CAPES, utilizou-se o cruzamento dos seguintes descritores: Educação Profissional, Inclusão, Educação Especial. O levantamento foi realizado no primeiro semestre de 2018. A busca localizou 598 pesquisas. Após a leitura do título e dos resumos, excluíram-se as pesquisas repetidas e que não possuíam relação direta com a temática. Este trabalho apresenta relevância por contribuir com a área da Educação Especial ao fazer um mapeamento das teses e dissertações realizadas nos últimos cinco anos indicando as temáticas, opções metodológicas e os principais resultados.

A Educação Especial é uma modalidade de educação prevista na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu a diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). Trata-se de uma modalidade de ensino transversal a todas as etapas e outras modalidades, destinada ao atendimento dos estudantes considerados público-alvo da Educação Especial (PAEE), ou seja, estudantes deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Historicamente, as diretrizes educacionais reservadas à PAEE foram marcadas pelo preconceito e pela segregação, uma vez que, até meados da década de 1970, os estudantes que apresentavam alguma deficiência eram excluídos da escola regular. Após esse período, graças a iniciativas de integração, essas pessoas foram gradualmente inseridas e, conseqüentemente, foram exigindo novas adaptações. Mas foi somente após a década de 1990, com o movimento da Educação Inclusiva, que as escolas começaram de fato a se organizar para atender às necessidades

educacionais de crianças e jovens com deficiência. (JANNUZZI, 2006).

Segundo Mendes (2017), Segundo Mendes (2017), a Educação Inclusiva pressupõe a construção de escolas que possibilitem o acesso e a permanência de todos os alunos, além da substituição dos recursos de seleção discriminatórios por novas estratégias que possam depor as barreiras que impedem o aprendizado dos estudantes.

A partir de 2008, com a promulgação da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial passou a ser definida como uma “modalidade de educação que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades” (BRASIL, 2008). Nessa perspectiva, ao serem incluídos nas turmas comuns do ensino regular, os estudantes PAEE têm o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e aos recursos e serviços pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras que impedem a plena participação desses estudantes (BRASIL, 2008).

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar a Educação Especial em sua articulação com outras modalidades de ensino, como a Educação Profissional. Entre as instituições que ofertam a Educação Profissional, optamos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essas instituições fazem parte da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia (RFEPCT). Foram criadas em 2008, com a aprovação da Lei nº 11.892 de 2008. Ao todo foram criados 38 Institutos Federais (IF) em todos os estados brasileiros, totalizando 644 campi.

Com o objetivo de garantir o acesso dos estudantes PAEE nos cursos oferecidos pelas instituições da rede federal, no ano de 2016 foi aprovada a Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016, que altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicas de nível médio e superiores. Atualmente, as instituições federais de educação superior e as instituições federais de ensino técnico de nível médio devem reservam no mínimo 50% de suas vagas, nos cursos ofertados, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentro dessa cota, uma parte das vagas deverá ser reservada para estudantes com deficiência. O número de vagas ofertadas é regido pela proporcionalidade em relação à população, medida pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2. As políticas de Educação Especial nos Institutos Federais: o que dizem as pesquisas.

Após a leitura dos resumos das dissertações e teses localizadas no BTDC/CAPES, obteve-se o total de 27 trabalhos: 23 dissertações, 04 teses. Considerando a quantidade de campi dos IFs em funcionamento do ano de 2018, 644 campi, o levantamento das teses e dissertações indicou que a Educação Especial nos contextos dos institutos federais tem sido pouco investigada.

Há uma concentração de publicações de pesquisas nos anos 2016 e 2017, somando 18 publicações. A ampliação do número de pesquisas a partir de 2016 pode ser um reflexo da aprovação da Lei 13.146 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e posteriormente, a aprovação da Lei nº 13.409/2016 que instituiu a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superiores das instituições federais de ensino. Não foram localizadas pesquisas publicadas no ano de 2018. Na figura 01, temos a distribuição desses estudos por ano.

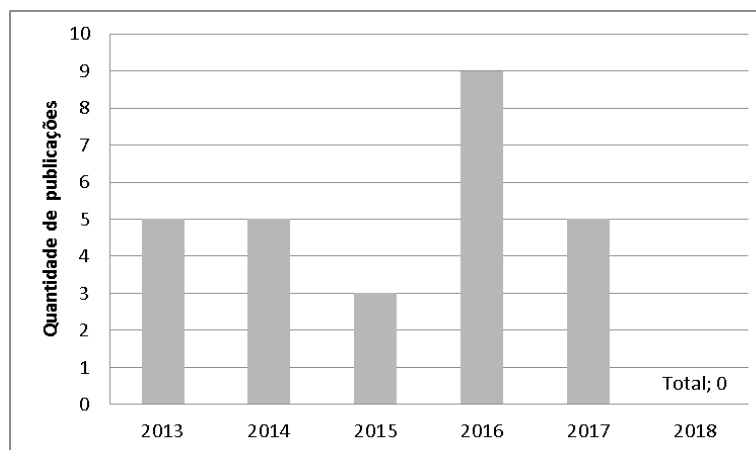


FIGURA 1. Quantidade de pesquisas localizadas no BTDC/ CAPES por ano

O maior número de pesquisas está no programa de Pós-Graduação em Educação (N=16), seguido pela área de Educação Agrícola (N=3). No que se refere às linhas de pesquisa desses programas de Pós-Graduação, dos trabalhos selecionados, cinco universidades apresentavam

linhas voltadas para inclusão ou Educação Especial: I) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com a linha “Educação, Inclusão e Contextos Sociais”; II) Universidade Federal do Espírito Santo, com a linha “Diversidade e práticas educacionais inclusivas”; III) Universidade Federal do Rio de Janeiro com a linha “Educação inclusiva e processos educacionais”, IV) FEEVALE, no estado do Rio Grande do Sul, com a linha “Inclusão social e políticas públicas”; V) Universidade Federal de Santa Maria com a linha “Educação Especial”. Na Tabela 01, apresentaremos a classificação desses estudos por programa de Pós-Graduação *stricto sensu*.

TABELA 1 – Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* das pesquisas localizadas no BTB/CAPES.

Programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	Quantidade	%
Educação	16	59,26
Educação agrícola	3	11,11
Educação profissional	2	7,41
Educação escolar	1	3,70
Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação	1	3,70
Diversidade Cultural e Inclusão Social	1	3,70
Política Social	1	3,70
Políticas Públicas	1	3,70
Ensino Tecnológico	1	3,70
Total	27	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Com o objetivo de conhecer as linhas de pesquisa voltadas para Educação Especial e Educação Inclusiva, foi realizada uma busca, com esses termos, no sistema de busca do Diretório de grupos de pesquisa do Brasil, localizado na Plataforma Lattes/CNPq, no ano de 2010³. Foram localizadas 85 linhas de pesquisa em Educação Especial e 61 em Educação Inclusiva. Isso mostra que a temática abordada neste trabalho ainda está sendo pouco investigado pelo campo da Educação Especial.

Os dados revelaram uma concentração de pesquisas desenvolvidas na região nordeste. Segundos os dados do Censo da Educação Básica do INEP (BRASIL, 2017), analisados pela autora, a região nordeste apresentava o maior número de estudantes com deficiência matriculados nos

³ Sistema de busca textual do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscagrupo/>>.

cursos profissionais técnicos de nível médio (integrados, subsequentes e concomitantes) das instituições federais de educação, com 806 matrículas, sendo 278 a mais que a região sudeste. Essa região também apresenta a maior taxa de prevalência de pessoas que apresentam pelo menos uma deficiência (26,63%) comparada com a região sudeste (23,03%), de acordo com os dados do IBGE de 2010 (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DO PARANÁ, 2012). Na Tabela 02, será apresentada a distribuição das pesquisas realizadas por região geográfica brasileira.

TABELA 02 – Concentração de estudos por Região

Região brasileira	Quantidade
Região Nordeste	7
Região Sudeste	5
Região Sul	5
Região Norte	3
Região Centro Oeste	1

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação à metodologia, todas as pesquisas analisadas utilizaram a abordagem qualitativa. Na Tabela 01, apresentamos as informações sobre o método utilizado nas pesquisas selecionadas, conforme descrição dos autores da pesquisa. Quatro pesquisas não explicitaram a metodologia utilizada.

TABELA 03- Método de Pesquisa dos trabalhos selecionados (definidos pelos autores)

Metodologia de Pesquisa	Quantidade	%
Estudo de Caso	12	44,44
Estudo de Casos múltiplos	1	3,70
Pesquisa ação	2	7,41
Pesquisa descritiva	3	11,11
Pesquisa documental	2	7,41
Pesquisa de campo	2	7,41
Pesquisa exploratória	1	3,70
Total	27	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

A tabela 04 apresenta o levantamento dos participantes envolvidos nas pesquisas analisadas.

Várias pesquisas citaram mais de um participante. Por esse motivo, a tabela apresenta um número maior de participantes em relação ao número de trabalhos analisados. Os dados mostraram que os docentes e estudantes com deficiência ou necessidades especiais foram o grupo de sujeitos que mais foram citados como participantes das pesquisas, seguidos pelos gestores (citados de forma genérica) e pela equipe gestora dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas ou Especiais (NAPNEE). Esse núcleo é o setor responsável pela inclusão de estudantes PAEE nos IFs.

TABELA 4- Detalhamento dos participantes envolvidos nas pesquisas analisadas.

Participantes	Total
Docentes	13
Estudantes com deficiência ou necessidades especiais	12
Gestores	6
Equipe gestora no NAPNEE	4
Diretores gerais e de ensino	4
Pedagogos e coordenadores pedagógicos	4
Coordenadores de curso	3
Assistente social	3
Pró-reitores	1
Tradutores intérpretes de libras	1

Fonte: Dados da pesquisa

A identificação da temática dos trabalhos foi feita com base nos objetivos e/ou problemas de pesquisa apresentados pelos autores. A temática mais pesquisada, representando 45,16%, foi o tema sobre as Condições de acesso (N=13), permanência e acessibilidade. Em seguida temos os trabalhos que versam Concepções/representações sobre inclusão (N=6); Perfil, trabalho e formação docente (N=2); Políticas de Inclusão nos Institutos Federais (N=2); Trajetórias escolares e familiares (N=1); Políticas de Diversidade (N=1); Gestão educacional da inclusão (N=1).

TABELA 05 – Detalhamento das temáticas das pesquisas localizadas no BTB/CAPES.

Temática	Quantidade	%
----------	------------	---

Condições de acesso, permanência e acessibilidade.	13	45,16
Concepções/representações sobre inclusão	6	25,81
Perfil, trabalho e formação docente.	3	9,68
Políticas de Inclusão nos Institutos Federais	2	6,45
Trajetórias escolares e familiares	1	3,23
Políticas de Diversidade	1	3,23
Gestão educacional da inclusão	1	3,23
Total	27	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

As pesquisas de Mendes (2017) e Rocha (2016) investigaram a inclusão de estudantes com deficiência nos institutos federais a nível nacional. Como resultado, essas pesquisas evidenciaram que as políticas de Educação Especial estão em processo de consolidação dentro dos institutos federais e por esse motivo é possível encontrar uma diversidade de práticas e de concepções sobre a inclusão. Portanto, a maneira como as políticas são efetivadas, acabam por refletir as diferentes visões dos sujeitos envolvidos e os contextos culturais, sociais e econômicos dessas instituições (MENDES, 2017; ROCHA, 2016).

Cunha (2015) investigou a implementação da Ação “Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP)”. Segundo a autora o TEC NEP foi uma política educacional inclusiva, instituída no ano 2000, na RFEPCT que buscou a integração entre a Educação Profissional e a Educação Especial. Essa política previa a criação e estruturação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidade Específicas ou Especiais (NAPNEE). Esses núcleos tinham como principal objetivo “criar a cultura da educação para convivência, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e de comunicação” (CUNHA, 2015, p. 20). Os resultados indicaram que o TEC NEP representou um avanço das políticas de inclusão na educação profissional, especialmente com a implantação dos NAPNEE. Por outro lado, a pesquisa evidenciou que faltaram ações mais efetivas para garantir o acesso e a permanência dos estudantes PAEE na RFEPCT.

Grande parte das pesquisas investigaram as condições de acesso, permanência e acessibilidade nos institutos federais: Moura (2013), Marques (2014), Cardoso (2016), Barros (2016), Silva (2016), Dall'Alba (2016), Alencar (2017) e Bettin (2013), Silva (2014), Carlou (2014), Pessini (2015), Soares (2015), Perinni (2017) e Dall'Alba (2016). Como resultado, essas pesquisas

evidenciaram que, apesar dos avanços, existe uma lacuna entre os objetivos e finalidades propostos nos documentos legais e o que é efetivado na prática, principalmente no que se refere ao contexto da acessibilidade arquitetônica e à formação dos professores e docentes para o trabalho na Educação Especial.

Dentre as pesquisas que investigaram as condições de acessibilidade arquitetônica e pedagógica nos institutos federais, destacam-se as pesquisas de Marques (2014) que também investigou o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e as tecnologias assistivas na educação de pessoas com deficiência. Como resultado, os professores entrevistados relataram que falta formação continuada e formação para utilizar TIC e as tecnologias assistivas por parte dos docentes e servidores dos IFs.

Uma parte das pesquisas que investigaram o acesso, permanência e acessibilidade nos institutos federais tiveram como objeto analisar as ações desenvolvidas pelos NAPNEE. São elas: Silva (2014), Carlou (2014), Pessini (2015), Soares (2015), Perinni (2017) e Dall'Alba (2016). Essas pesquisas corroboram entre si a ideia de que esses núcleos foram criados para atender as diretrizes do Programa TEC NEP, conforme foi apontado por Cunha (2015). As pesquisas também mostraram que o NAPNEE também tem o papel de preparar e conscientizar a comunidade acadêmica em prol da inclusão nos campi investigados. Por outro lado, esses núcleos apresentam dificuldades relacionadas à falta de recursos humanos e financeiros.

O segundo maior número de pesquisas investigaram as percepções e concepções dos sujeitos envolvidos com a inclusão de estudantes PAEE sobre a Educação Especial: São elas: Mendes (2013), Chicar (2014), Costa (2016), Ramos (2016), Côrtes (2014) e Santos (2016). Os resultados dessas pesquisas corroboram com os resultados das pesquisas sobre as acesso, permanência e acessibilidade, quando destacam que os institutos pesquisados carecem de estrutura física adequada e profissionais capacitados.

Apesar da maior parte das pesquisas citadas enfatizarem a falta de formação para o trabalho com a Educação Especial, principalmente com relação aos docentes, apenas três pesquisas investigaram o trabalho e a formação docente: Fortes (2017), e Honnef (2013).

A pesquisa de Fortes (2017) investigou as contribuições de um projeto de intervenção voltado para formação continuada dos professores que atuavam com estudantes com deficiência visual.

Os resultados indicaram a importância de a formação continuada superar ações pontuais para tornar-se parte da cultura da instituição de forma sistemática.

Honnef (2013), por sua vez, pesquisou o trabalho docente articulado entre os professores da Educação Especial e das classes comuns nos cursos do ensino técnico integrado para conhecer os limites e possibilidades dessa prática. Segundo a autora, existem poucos trabalhos que investigaram o trabalho docente articulado, sendo que, a maioria encontra-se nas séries iniciais. Como resultado, a pesquisa demonstrou que muitos professores não estudam a temática da Educação Especial na formação inicial e continuada o que causa sentimentos de medo e angústia diante da realidade de ter um aluno com deficiência. O trabalho docente articulado se mostrou uma estratégia importante, porém, esbarra em dificuldades como a falta de professores de Educação Especial.

Em uma perspectiva diferente, Zamprognó (2013) analisou “como têm sido delineadas as políticas de inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo”. A autora abordou, além da inclusão das pessoas com deficiência, a inclusão social, a inclusão de jovens e adultos e a inclusão pela via da Educação a Distância (EAD). Como resultado, a autora destacou a necessidade de a instituição aumentar seus esforços na implantação de políticas mais estruturadas pensando na educação para todos.

Barreto (2016) analisou a trajetória escolar de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) a partir dos dados oficiais de matrículas do Censo Escolar da Educação Básica, no período 2009-2013. A autora procurou caracterizar o perfil dos alunos com NEE no Instituto Federal do Paraná. Os resultados indicaram que apesar de ter acesso à EPTNM, os estudantes com NEE não conseguiram permanecer e concluir com êxito os cursos.

Por fim, a pesquisa de Krebs (2016) analisou como estão estruturados os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), considerando os fatores de acesso, permanência e êxito destes estudantes. Dentre os resultados, destaca-se a "importância do reconhecimento e da aceitação de suas diferenças culturais e linguísticas" e para "viabilizar a

acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos os processos de gestão devem estar relacionados às etapas de institucionalização de diretrizes voltadas à acessibilidade e à inclusão, do ingresso, da permanência" (KREBS, 2016, p. 116).

3-Considerações finais.

No que diz respeito aos avanços na implementação das políticas de Educação Especial, as pesquisas destacaram: a reserva de vagas, a ampliação da acessibilidade nos vestibulares, tradução de editais em libras e a garantia de condições especiais para realização dos vestibulares, descrito na maioria das pesquisas.

Dentre as principais ações elaboradas para garantir a permanência de estudantes PAEE nos institutos federais destacam-se: a sensibilização da comunidade acadêmica para a inclusão; adaptações de atividades avaliativas e material pedagógico; recursos de tradução e audiodescrição em libras; monitoria de reforço escolar; atendimento individualizado; aquisição de tecnologias assistivas; parcerias interinstitucionais; grupos de estudo e pesquisa e flexibilização e adaptação curricular. A pesquisa de Alencar (2017) descreveu algumas ações realizadas no âmbito da pesquisa e extensão como: oficina e cursos de libras; eventos sobre o tema da educação inclusiva; criação de tecnologias assistivas (softwares, sites, entre outros).

Por outro lado, as pesquisas também destacaram algumas dificuldades, entre elas a falta articulação entre os NAPNEE e os demais setores da instituição, resultando em desconhecimento das atribuições dos núcleos e a carência de uma política institucional mais elaborada que possibilite uma maior integração e coerência nas ações desenvolvidas por esses núcleos (SOARES, 2015; DALL' ALBA, 2016; PERINNI, 2017). No que diz respeito aos sujeitos que atuam nos NAPNEE, as pesquisas apontaram que falta formação específica para Educação Especial, falta conhecimento com relação à legislação e tempo para esses servidores se dedicarem às atividades do núcleo.

A pesquisa de Mendes (2017) identificou, nos documentos legais dos institutos federais pesquisados, dificuldades para contratação de profissionais especializados como professores de

apoio e Intérprete de Libras. Outros estudos identificaram que os docentes e servidores não estão preparados para o trabalho com o público-alvo da Educação Especial, o que dificulta que as ações desenvolvidas nessas instituições sejam efetivas. Reis (2017), por sua vez, destacou a escassez de recursos financeiros como um obstáculo à efetivação das ações inclusivas na instituição pesquisada e a dificuldade para planejar a nível institucional essas ações.

Referências

ALENCAR, Ligyane Karla de. Políticas Públicas de Inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional: ações e possibilidades no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. 2017. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Educação Profissional, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte: Natal, 2017. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1372>>. Acesso em: 25 mai. 2019

BARRETO, Danieli de Cassia. As trajetórias Escolares de alunos com necessidades educacionais especiais no Instituto Federal do Paraná: Uma análise dos indicadores do censo escolar. 2016. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina: Londrina, 2016. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000210514>>. Acesso em: 25 mai. 2019

BARROS, Maxiliano Batista Barros. Inclusão e Educação Profissional: um estudo sobre acessibilidade no Instituto Federal do Amazonas - Campus Mauês e sua influência na educação de estudantes surdos. 2016. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Seropédica, 2016 Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe_bca0998f506a572a2b8cbbb4dab08b2e>. Acesso em: 25 mai. 2019

BETTIN, Silvia Ana Crochemore. Política institucional de educação inclusiva de alunos com deficiência no Instituto Federal Sul-rio-grandense. 2013. Dissertação (mestrado) Programa de pós-graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas: Pelotas, 2013. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe_bca0998f506a572a2b8cbbb4dab08b2e>. Acesso em: 25 mai. 2019

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23, dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 25 mai. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>> Acesso em: 25 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30, dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de dez. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.html>. Acesso em: 25 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 07, jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 09 maio. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Censo da Educação Básica 2017: microdados. Brasília, 2017. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/microdados>> Acesso em: 25 jun. 2017. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas> > Acesso em: 09 maio. 2019.

CARDOSO, Maria Heloisa de Melo. Inclusão de alunos com deficiência na educação profissional e tecnológica. 2016. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2016. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/4804>>. Acesso em: 25 mai. 2019

CARLOU, Amanda. Inclusão na Educação Profissional: Visão dos Gestores do IFRJ. Inclusão na Educação Profissional: Visão dos Gestores do IFRJ. 2014. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_3f8aa1304608b2733c11274593d29ca1>. Acesso em: 25 mai. 2019

CHICAR, Soraya Tatiara Costa Lopes. Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: a experiência do IFMA - Campus Codó na visão de seus atores. 2014. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí: Teresina, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2270336>. Acesso em: 25 mai. 2019

CÔRTEZ, André Luís da Silva e Silva. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um estudo sobre o Instituto Federal do Amapá, Câmpus Macapá. 2014. Dissertação (Mestrado) em Educação Agrícola, Instituto de Agronomia, Universidade Federal

Rural do Rio de Janeiro: Seropédica, 2014. Disponível em: < https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2209492 >. Acesso em: 25 mai. 2019

COSTA, Michele Gomes Noé. A inclusão pelo olhar do incluído: a acessibilidade nos campi do Instituto Federal de Rondônia. 2016. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação profissional em Educação escolar, Universidade Federal de Rondônia: Porto Velho, 2016. Disponível em: < https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3629628 >. Acesso em: 25 mai. 2019

CUNHA, Ana Lídia Braga Melo. O programa TEC NEP e sua implementação na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: ressonâncias acadêmicas, limites e desafios. 2015. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Educação Profissional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte: Natal, 2015. Disponível em: < https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3032049 >. Acesso em: 25 mai. 2019

DALL'ALBA, Jacira. Inclusão no Contexto do Instituto Federal de Educação: Contribuições do NAPNE do IFAM - Campus Manaus Zona Leste. 2016. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação Profissional em Ensino Tecnológico, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: Manaus, 2016. Disponível em: < <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/28/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Dall%27Alba%2C+Jacira> >. Acesso em: 25 mai. 2019

FORTES, Vanessa Gosson Gadelha de Freitas. Formação continuada de professores do ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), na perspectiva da inclusão escolar do aluno com deficiência visual. 2017. Tese (Doutorado) Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2017. Disponível em: < <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/browse?type=author&value=Fortes%2C+Vanessa+Gosson+Gadelha+de+Freitas> >. Acesso em: 25 mai. 2019

HONNEF, Claudia. Trabalho docente articulado: A relação entre a Educação Especial e o Ensino Médio e Tecnológico. 2013. Dissertação (mestrado) Programa de pós-graduação em educação, Universidade Federal de Santa Maria: Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: < <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/browse?type=author&value=Fortes%2C+Vanessa+Gosson+Gadelha+de+Freitas> >. Acesso em: 25 mai. 2019

JANNUZZI, Gilberta de Martino. A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. SP: Autores Associados. 2006.

KREBS, Josiane Roberta. O protagonismo da gestão educacional na efetivação da inclusão de estudantes surdos nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. 2017. Dissertação

(Mestrado) Programa de pós-graduação em educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS: Florianópolis, 2017. Disponível em: < <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6015> >. Acesso em: 25 mai. 2019

MARQUES, Claudia Luiza. Educação profissional: o ingresso, as tecnologias e a permanência dos alunos com deficiência no Instituto Federal de Brasília. 2014. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Brasília: Brasília, 2014. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15892> >. Acesso em: 25 mai. 2019

MENDES, Enicéia Gonçalves. Sobre alunos “incluídos ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar In: VICTOR, Lopes Sonia. VIEIRA, Alexandro Braga. OLIVEIRA Ivone Martins de Educação Especial Inclusiva: conceitos, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes : Brasil Multicultural, 2017. Pag. 60 à 83.

MENDES, Joselma de Vasconcelos. As trilhas possíveis da inclusão de pessoas com deficiência no IFES Vitória: Narrativas dos protagonistas, 2013. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2013. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15892> >. Acesso em: 25 mai. 2019

MENDES, Katiuscia Aparecida Moreira de Oliveira. Educação especial inclusiva nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia brasileira. 2017. Tese (Doutorado) Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2017. Disponível em: < <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8139> >. Acesso em: 25 mai. 2019

MOURA, Katia Cristina Bezerra. A política de inclusão na educação profissional: o caso do Instituto Federal de Pernambuco/Campus Recife. 2013. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2013. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4751> >. Acesso em: 25 mai. 2019

PERINNI, Sanandreaia Torezani. Do direito à educação: o núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas e a inclusão escolar no IFES. 2017. Tese (Doutorado) Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2017. Disponível em: < <http://www.educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE/teses-defendidas?page=2> >. Acesso em: 25 mai. 2019

PESSINI, Magali Ines. As políticas públicas inclusivas em âmbito da educação profissional e tecnológica: a percepção da equipe gestora dos NAPNEs sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência no IFRS. 2015. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade FEEVALE: Novo Hamburgo, 2015. Disponível em: < https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1875487 >. Acesso em: 25 mai. 2019

RAMOS, Ismar Batista. Inclusão na educação profissional: uma avaliação a partir da visão dos profissionais e alunos de um campus do IFNMG. 2016. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri:

Diamantina, 2016. Disponível em: < <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1330> >. Acesso em: 25 mai. 2019

ROCHA, Vânia Meneghini da. A educação especial nos institutos federais: o que dizem os planos de desenvolvimento institucionais? 2016. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Educação, Universidade da Região de Joinville: Joinville, 2016. Disponível em: < http://www.univille.edu.br/account/mestradoedu/VirtualDisk.html/downloadDirect/1078176/ROCHA_Vania_Meneghini_da.pdf >. Acesso em: 25 mai. 2019

SANTOS, Livia Maria Monteiro. Interfaces Entre a Educação Especial e A Educação Profissional: Concepções e Ações Político-Pedagógicas. 2016. (Dissertação) Programa de pós-graduação de Mestrado em Educação Agrícola, Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Seropédica, 2016. Disponível em: < <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2225?mode=full> >. Acesso em: 25 mai. 2019

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Cartilha do Censo 2010: Pessoas com deficiência. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD); Coordenação Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência, 2012. Disponível em: < <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf> >. Acesso em: 12 mar. 2019

SILVA, Andreia Rego da. Política de Diversidade e Inclusão para pessoas com deficiência no Instituto Federal Baiano- Campus Gauanambi. 2016. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Gestão e Tecnologia aplicadas à Educação, Universidade do Estado da Bahia: Salvador, 2016. Disponível em: < https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4789599 >. Acesso em: 25 mai. 2019

SILVA, Izaura Maria de Andrade. DORE, Rosemary. A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 29, n. 54, p. 203-214, 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/15747/pdf> > Acesso em: 15 jun. 2018.

SILVA, Rosilene Gonçalves da. Desafios e possibilidades na inclusão de alunos com deficiência no PROEJA IFES campus Vitória. 2014. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2014. Disponível em: < <http://neja.ufes.br/rosilene-gon%C3%A7alves-da-silva> >. Acesso em: 25 mai. 2019

SOARES, Gilvana Galeno. A atuação dos núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais no IFRN. 2015. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2015. Disponível em: < <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/916> >. Acesso em: 25 mai. 2019



Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente | II Simpósio Educação, Formação e Trabalho

ZAMPROGNO, Marisange Blank. As políticas de inclusão no âmbito da educação profissional e tecnológica: o caso do Instituto Federal do Espírito Santo. 2013. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2013. Disponível em: < <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6042> >. Acesso em: 25 mai. 2019